



# CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

PROJETO DE LEI Nº

CRIA O DIA MUNICIPAL DA FISCALIZAÇÃO CIDADÃ, PARA FINS DE CONSCIENTIZAÇÃO, CONVERGÊNCIA E INTEGRAÇÃO DAS ENTIDADES FISCALIZADORAS E FISCALIZÁVEIS, NO ÂMBITO DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO.

**Art. 1º** Esta Lei estabelece o dia 05 de novembro<sup>1</sup>, como dia municipal da fiscalização cidadã.

**Parágrafo único.** Para efeitos desta lei, entende-se por “fiscalização cidadã”, a criação e implementação de medidas metodológicas de abordagens inovadoras dirigidas à capacitação de agentes fiscais e a orientação das entidades fiscalizáveis, com fim de proporcionar mudanças comportamentais no âmbito das atividades humanas.

**Art. 2º** Em cumprimento ao disposto no artigo anterior, as entidades de fiscalização, anualmente, neste dia, poderão promover e/ou implementar projetos, programas e eventos voltados a atividades que visem a sensibilização e, consequente, conscientização social, a partir de reflexões, debates e palestras sobre a temática da fiscalização.

**Art. 3º** Neste dia, as entidades de fiscalização poderão realizar blitz educativas/preventivas junto às entidades fiscalizáveis, dia em que, ressalvadas as exigências legais impeditivas, evitarão aplicar sanções coercitivas e/ou repressivas.

**Art. 4º** Esta Lei possui abrangência municipal, sendo, portanto, válida para todos os órgãos e entidades municipais da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

**Parágrafo único** – Embora referida Lei possua abrangência municipal, no que couber, o proponente

<sup>1</sup> Data sugerida: dia em que a deficiência na fiscalização resultou em um grande desastre ambiental na bacia hidrográfica do rio doce.

***“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”***



# CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

das ações instadas nos artigos 2º e 3º, poderão convidar “outras entidades”<sup>2</sup>, as quais, no âmbito de suas atribuições atuem na atividade de fiscalização dentro deste município, para integrar desde a elaboração à implementação destas ações.

**Art. 8º** O Poder Executivo editará regulamento definindo os demais parâmetros necessários ao cumprimento desta Lei.

**Art. 9º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, 14 de janeiro de 2019

EDISON VALENTIM FASSARELLA

Vereador – Partido Verde

JUSTIFICATIVA

INTRODUÇÃO

---

<sup>2</sup> Câmara Municipal, Tribunal de Contas, IDAF, IEMA, IBAMA, Polícia Militar Estadual (Ambiental), Polícia Federal, Conselhos Regionais de Classe (e outros), Sindicatos, Receita Federal e Estadual.

***“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”***



# CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A fiscalização é, em geral, uma atividade técnica exercida por agentes fiscais, cujo objetivo é verificar a conformidade do exercício das inúmeras atividades humanas passíveis de regulação com as exigências legais e normativas e demais especificações aplicáveis.

Normalmente a fiscalização é exercida por meio de vistorias e/ou análises documentais, in loco ou não, que envolvem aspectos técnicos e administrativos da execução dessas atividades humanas.

Neste sentido, tem-se que o exercício da função fiscal seja um dos mais importantes do serviço público ou da entidade correlata, vez que exterioriza uma das formas de exercício do poder de polícia que traduz o reflexo da realidade local. Destarte, **a capacitação dos servidores que exercem referida atividade, aliada a adoção de medidas preventivas no ofício da fiscalização passam a ser condições primordiais para se alcançar os objetivos institucionais a que se prestam.**

Isso porque o desenvolvimento local sustentável, que compreende o desenvolvimento econômico, social, ambiental e humano, requer recursos humanos cada vez mais capacitados e conscientes de seu papel enquanto agentes locais de transformações sociais, culturais e comportamentais.

Santomé (1998) ressalta que apostar na interdisciplinaridade significa valorizar um novo tipo de pessoa, mais aberta, flexível, solidária, democrática e crítica, pois, continua, o mundo atual precisa de pessoas com uma formação adequada para enfrentar uma sociedade na qual a palavra mudança é um dos vocábulos mais freqüentes num futuro com alto grau de imprevisibilidade.

Desse modo, a questão das mudanças de valores e de comportamentos, como prioridade para alcançar patamares sustentáveis, coloca-se na ordem do dia, dado um crescente número de evidências de processos originados de condutas irregulares, que decorrem de atividades humanas e que refletem negativamente na saúde, no bem estar social, nas atividades socioeconômicas, na segurança, na qualidade de vida, enfim.

É nesse sentido que o processo educativo na **fiscalização cidadã** constitui relevante dimensão da sustentabilidade local, a partir de um modelo de fiscalização que não se abstém dos princípios educativos, restringindo-se tão somente à repressão e à punição de comportamentos antissociais, de modo a isentar-se dos compromissos com a construção de valores sociais contextualizados.

Morin (2002), quando se refere à necessária reforma do pensamento, parte de uma evidência da Psicologia Cognitiva onde um conhecimento só é pertinente na medida em que se situe num con-

---

***“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”***

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim –  
Espírito Santo

**PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – e-mail: cmci@cmci.es.gov.br**



# CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

texto. Aprender a contextualizar é saber situar pensamento e ação enquanto conhecimento organizado num conjunto sistêmico.

---

Neste contexto, punir e autuar pessoas sem fomentar reflexão e análise do comportamento, por parte do indivíduo infrator, constitui a afirmação de uma visão retrógrada, eis que fragmentada e afastada do caráter educativo cidadão.

Até porque, os custos para que se desenvolva as atividades fiscalizatórias de modo satisfatório e seguro no modelo atual seriam elevadíssimos. Não é por outra razão que muitos órgãos e entidades, atualmente, tentam adaptar o modelo militar americano **Comando e Controle**<sup>3</sup> (*Command and control*), ou **C<sup>2</sup>**, em vários órgãos e entidades de controle da Administração Pública, que, em linhas gerais, visa atribuir mais responsabilidade às entidades privadas fiscalizáveis sobre suas ações a fim de que a fiscalização pública seja mínima, porém, suficiente.

Destarte, Há de se despertar para uma mudança de visão sobre objeto fiscalizável, ultrapassando o modelo representado pelo que hoje está posto, positivado e repressivo/coercitivo, haja vista que este desconsidera o caráter sistêmico e o entrelaçamento multi e interdisciplinar setorial. Ou seja, a mera existência da legislação de regência por si só não muda comportamentos, carece, portanto, que lei seja legitimada a partir da construção de uma racionalidade interdisciplinar, auto reflexiva e transformadora.

### OBJETIVO GERAL

Busca-se, por meio desta Lei, criar um mote ideal para debate e reflexão sobre o atual sistema de fiscalização empregado e os avanços que poderiam ser implementados para evoluir a atividade de fiscalização de um modelo coercitivo e repressivo para um modelo de vanguarda que a torne mais eficaz, eficiente, sistêmica mas, sobretudo, que reduza o número de condutas antissociais.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Melhorar o sistema de fiscalização de forma progressiva;

Elevar os padrões de comportamento desejáveis para os agentes fiscais no que tange a cognição e prevenção de condutas antissociais;

---

<sup>3</sup> **Comando e Controle** (*Command and control*), ou **C<sup>2</sup>**, em vários órgãos de controle da administração pública pode ser definido como o processo de direção por pessoa ou autoridade legalmente ou legitimamente investida na utilização dos recursos colocados à disposição.<sup>[1]</sup>

***“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”***



# CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

---

Criar estratégias para orientar o trabalho da fiscalização e consequente, uniformização de procedimentos administrativos relativos à fiscalização educativa;

Criar eventos multisetoriais para orientação aos profissionais, empresas e outros segmentos sociais acerca das normas de fiscalização e suas atualizações;

### CONCLUSÃO

Diante desse quadro, esta Lei objetiva ponderar acerca de possíveis contribuições da educação na fiscalização de modo geral, no sentido de se promover expansão da cidadania e conscientização quanto ao comportamento ideal e proficiente no âmbito das atividades humanas. Em particular busca-se refletir sobre a formação e capacitação dos agentes fiscais à luz de novos paradigmas educativos e comportamentais comprometidos com a interdisciplinaridade reflexiva e o desenvolvimento social local.

Destarte, dada a importância do projeto para o desenvolvimento socioeconômico desta cidade, submeto a presente proposta à apreciação do Nobres Pares desta Casa de Leis e sua consequente aprovação, eis que será de grande importância para simplificar e integralizar as várias atividades humanas e os setores públicos de fiscalização no âmbito deste município que, sem dúvida trará benefício dos cidadãos cachoeirenses.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 14 de janeiro de 2019.

EDSON VALENTIM FASSARELLA  
VEREADOR – PV

---

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*

---

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim –  
Espírito Santo

**PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – e-mail: cmci@cmci.es.gov.br**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

---

***“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”***

---

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim –  
Espírito Santo

**PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – e-mail: [cmci@cmci.es.gov.br](mailto:cmci@cmci.es.gov.br)**